

Informe FUP

26.08.2009

“O petróleo tem que ser nosso!”

Anteprojeto da FUP e movimentos sociais será apresentado na Câmara, nesta quinta (27/08)

O anteprojeto para uma nova Lei do Petróleo, proposto pela FUP e movimentos sociais, será apresentado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, nesta quinta-feira, 27, às 10 horas. O anteprojeto será encaminhado pelo deputado federal Fernando Marroni (PT/RS) e subscrito por diversos parlamentares de diferentes estados do país. Representações sindicais de todo o Brasil estarão presentes durante a Sessão, ocupando o Plenário da Câmara, em defesa da soberania nacional.

Resultado de intensos debates realizados com os movimentos sociais, o anteprojeto para uma nova Lei do Petróleo garante o restabelecimento do monopólio estatal e a retomada dos blocos exploratórios que foram leiloados. Também prevê a transformação da Petrobrás em uma empresa 100% estatal e pública, assim como a constituição de um Fundo Social Soberano que garanta a destinação dos recursos excedentes do petróleo para políticas públicas que atendam as necessidades do povo brasileiro.

Assembléias – o anteprojeto para uma nova Lei do Petróleo está sendo referendado nas assembléias pelos trabalhadores do Sistema Petrobrás e do setor privado. As assembléias seguem até o final desta semana, mas já foram concluídas na maioria das bases da FUP.

Reunião com a ministra Dilma

Dirigentes da FUP e da CUT participaram no último dia 20 de reunião com a ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para discutir as propostas do governo para a exploração do pré-sal. O coordenador da FUP, João Antônio de Moraes, o presidente nacional da CUT, Arthur Henrique, e o vice-presidente da Central, José Lopez Feijó, que participaram da reunião, ressaltaram os principais pontos do anteprojeto dos trabalhadores para a nova Lei do Petróleo.

A ministra Dilma ouviu atentamente os dirigentes sindicais, anotando observações sobre as propostas apresentadas, e reiterou a intenção do presidente Lula de mudar o modelo de exploração para as áreas do pré-sal. A ministra confirmou que o governo apresentará no próximo dia 31 a proposta de novas regras para o setor. A adoção do regime de partilha de produção, a presença da Petrobrás como operadora única em todos os campos, a criação de uma nova estatal e a instituição de um fundo social com parte dos recursos do pré-sal foram alguns pontos da proposta do governo comentados pela ministra Dilma Rousseff.

Principais pontos do anteprojeto dos trabalhadores

O anteprojeto proposto pelos trabalhadores para a nova Lei do Petróleo resgata os principais pontos da Lei 2004/53, que criou a Petrobrás e estabeleceu o monopólio da União sobre o setor, e contempla outras reivindicações históricas dos movimentos sociais. Principais pontos do anteprojeto:

- Fim das rodadas de licitações e retomada dos blocos petrolíferos que já foram leiloados;
- Monopólio estatal na exploração, desenvolvimento, produção, refino, pesquisa e transporte do petróleo bruto e seus derivados, tendo a Petrobrás como executora;
- Fundo Social Soberano (com controle social) para garantir que os recursos gerados pelo petróleo sejam investidos em políticas públicas voltadas para as necessidades do povo brasileiro (previdência, saúde, educação, habitação, reforma agrária, trabalho, etc) e no incremento de fontes alternativas de energia renovável e limpa;
- Petrobrás 100% estatal e pública, garantindo também a reincorporação da Transpetro e da Refap e a incorporação da Refinaria Riograndense (antiga Ipiranga), da Refinaria de Manguinhos (RJ) e da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG);
- Estabelecimento de quarentena de 12 meses para os diretores e gerentes executivos da Petrobrás que deixarem a empresa;
- Mudança do papel da ANP, que deixa de ser reguladora do setor e passa a ter a função de fiscalizar as atividades da indústria nacional de petróleo e gás, sobretudo a distribuição;

Acesse no portal da FUP a íntegra do anteprojeto proposto pelos trabalhadores para a nova Lei do Petróleo: http://www.fup.org.br/downloads/anteprojeto_nova_lei.pdf

Direção Colegiada da FUP